

Geopolítica Mundial e as Perspectivas do Mundo Árabe

Por LEJEUNE MATO GROSSO XAVIER DE CARVALHO

Com a chegada dos neoconservadores ao poder nos EUA, pela fraude em 2000 e mais recentemente com mais de 4 milhões de votos de vantagem nas eleições de 2004, vai se esboçando uma nova política externa americana, que Bush vai tentar impor, pela força econômica e das armas, aos seus aliados no resto do mundo. Os sinais dessa nova política foram dados em dois momentos: em outubro de 2001, pouco depois do bombardeamento de setembro das torres gêmeas em Nova York e em janeiro de 2003, quando Bush pronunciou o tradicional discurso perante o Congresso, chamado de “O Estado da Nação”. Nesses dois momentos são formulados as novas linhas gerais dessa nova política externa, cuja marca se resume na célebre frase “ou se esta com os EUA ou se esta com os terroristas”.^[1] As coisas passariam a ocorrer de forma preventiva, ou seja, os EUA atacariam antes e perguntariam depois. Este novo posicionamento do governo americano é conhecido pela sigla em inglês NSS (National Security Strategical – Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, que vêm sendo formulada desde setembro de 2002.

Como diz o professor Noam Chomsky, o cenário que se apresenta é relativamente novo para o próprio EUA, onde os atores e jogadores da política internacional, muitos deles passam a ter poder nuclear e em muitos casos, o cenário é muito incendiário^[2].

Em traços gerais, a política externa americana se caracteriza por:

1. Ações unilaterais – tem sido essa a marca da política externa do governo americano. Toma a decisão, independente do que a ONU venha aprovar. O máximo que se tem é a aprovação pelo congresso americano do uso da força militar pelo presidente dos EUA, sem depender do sistema das Nações Unidas;
2. Proteção a todos os interesses americanos em qualquer parte do mundo em qualquer tempo – valem os interesses econômicos das empresas transnacionais, com sede e capital estadunidense;
3. Contenção dos estados “vilões” – assim são chamados os estados que apoiariam as ações terroristas. É um recado mais direto para a Síria e o Irã, entre outros estados;
4. Buscar a hegemonia mundial^[3];
5. Garantir o suprimento de energia aos EUA e
6. Estabelecer as primeiras bases militares americanas seguras num estado dependente em meio às maiores reservas mundiais de energia^[4].

As versões que Bush apresentou ao mundo

Para justificar a sua guerra injustificável, Bush teve que distorcer muitos fatos, contando suas próprias versões, que foram reverberadas indistintamente e sem nenhum senso de apuração jornalística, pelos maiores órgãos de comunicação de massa. Recentemente o próprio jornal *The New York Times* fez uma espécie de autocrítica pública sobre a forma como cobriu essa guerra em 2003. Listamos pelo menos cinco grandes mentiras do presidente americano:

1. Que o Iraque teria armas de destruição de massa (na sigla em inglês *Weapon Mass Destruction*) – essa foi a maior mentira de todas. Nada encontraram porque o Iraque não tinha tais armas. O maior fiasco do setor de inteligência americana, foram os relatórios feitos pela CIA fraudados e mentirosos que afirmavam que Saddam possuía tais armas (isso fez pedir demissão no início de junho o diretor geral da Agência, George Tenet, aliado incondicional de Bush na guerra). No Oriente Médio o único estado que possui armas de destruição em massa é Israel, com mais de 200 ogivas nucleares, mas nunca condenado pelos EUA;

2. Que a guerra seria feita por uma coalizão de países – foram apenas dois, Estados Unidos e Inglaterra, com outros pequenos países designando insignificantes contingentes de soldados. Muitos desses países estudam hoje a saída completa do Iraque. A Espanha já retirou todas as suas tropas do país desde a vitória em 2004 do socialista Zapatero para primeiro ministro espanhol;
3. Que os EUA seriam vistos como o “libertador” do Iraque – são conquistadores, invasores, neocolonizadores. No período que compreende 1890 e 2001, segundo estudos de Zoltan Grossman^[5], pelo menos 145 intervenções militares foram feitas pelos EUA para defender os interesses das empresas estadunidenses;
4. Que os EUA iriam “democratizar” o Iraque – não fizeram isso em lugar nenhum do mundo onde invadiram e ocuparam. Ao contrário, apoiaram ditaduras sanguinárias. O governo títere que hoje impõe ao povo iraquiano, com um presidente e um primeiro ministro xiita e sunita, integrando ainda curdos e cristãos a esse tal “novo” governo, não levará nenhuma democracia ao Iraque. Ao contrário. Conforme se tem visto na grande imprensa, o Iraque é hoje menos seguro do que antes e as restrições e censura à imprensa e aos meios de comunicação de massa são iguais ou até piores do que na época de Saddam Hussein. Não há liberdade alguma no Iraque hoje. O governo iraquiano é meramente subserviente aos interesses de Washington. São títeres que governam o país, sem nenhuma autonomia. Nunca é demais indagar: porque democratizar “só” o Iraque e não outros países árabes? Porque todos os outros são aliados incondicionais dos EUA. O incrível é que a mídia comprou e apoiou tais idéias. Assim, atos guerreiros do presidente americano passam a ser vistos como “intervenções humanitárias” e “a ocupação militar e assassinato de civis”, seriam vistos como operações pela manutenção da paz, no dizer de Michael Chossudovsky;
5. Que o Iraque teria ligações com a Al Qaeda – nunca teve; Bin Laden odeia Saddam, pois um é xiita e outro é sunita. Saddam defende um estado laico e Bin Laden defende um estado islâmico, teocrático.

Setores do governo americano reconhecem que a estabilidade no Iraque é frágil.

O fato mais importante dos últimos meses, diz respeito a uma declaração dada recentemente pelo general Collin Powell, Secretário de Estado do governo de George Bush Filho. Em uma surpreendente entrevista dada a uma rede de TV americana em 26 de setembro, Powell reconheceu o sentimento antiamericano vem crescendo cada vez mais no Iraque ocupado, que a estabilidade política é extremamente frágil e que as eleições marcadas como forma de Bush propagandear a sua falsa democracia que ele quer “levar” ao país árabe, não teria condições de ser realizada.

Essas declarações repercutiram amplamente na mídia, até porque elas contradizem exatamente o que Bush afirmou na ONU ainda neste mês de setembro, quando afirmava que a democracia “avançava” no Iraque (*sic*) e que os EUA estavam vencendo a insurgência. Isso não condiz com a realidade. A média de iraquianos que vem morrendo por semana ultrapassa a 250 e mais de 20 americanos. A insurgência esta cada vez mais ativa e age nos principais centros, cidades de médio e grande porte. Pode-se dizer que as únicas regiões menos violentas, são as sob controle curdo. Há um agravante ainda: existem estudos de especialistas respeitáveis, em deles feito pela insuspeita *Rand Corporation* e pelo *Defense Science Board*, que indicam que o número de soldados americanos no Iraque é absolutamente insuficiente para as tarefas de garantir a ocupação e apoiar o novo “governo” pró-americano. Algumas informações afirmam que a insurgência já conta com mais de cem mil homens organizados e armados e que pelo menos 36 cidades e vilas já se encontram rebeladas e libertadas. São números significativos.

Não se pode dizer mais, como a mídia e o governo americano divulgavam, que essas operações de guerrilha são feitas por “seguidores” de Saddam. Também não se pode falar que são “radicais” xiitas. Hoje, a resistência se alastrou de tal forma, que é gente do povo que adere à luta. A instabilidade reina em todas as partes. Em diversas cidades de grande porte, as forças de ocupação dos Estados Unidos e da Inglaterra, sequer chegam perto. Já são zonas libertadas pela guerrilha.

Mas dizemos mais ainda: esse primeiro ministro títere, Yiad Alawi, ex-agente da CIA, um mero serviçal do Departamento de Estado, não manda nada no país, não controla nada e como diz o combativo jornalista inglês, Robert Fisk, do *The Independent*, esse cidadão sequer controla bairros inteiros da própria capital do país, Bagdá.

O crescimento do poder militar americano

Em recente artigo do professor José Luis Fiori, sociólogo e cientista político, professor da UFRJ^[6], ele também aborda o processo eleitoral americano e o contexto mundial ele ocorre. O professor menciona um certo consenso entre estudiosos de assuntos internacionais, de que estaria crescendo e seguiria muito forte, o poder militar global dos Estados Unidos. Quanto a isso, é um fato com o qual não discordamos. Qualquer ponto da terra hoje está a no máximo duas horas de voo de um caça americano, tamanha a expansão e extensão de suas bases militares em todos os continentes e em todos os mares e oceanos, com seus porta-aviões e suas esquadras e frotas navais. Com o final da chamada guerra fria, em 1991, não há no mundo hoje potência militar ou econômica alguma, para fazer frente a esse poderio americano. E esse poderio não é só militar e econômico, mas também e sobretudo, cultural.

Senão vejamos. Com a desintegração da URSS em 1991 (quando assumiu o anticomunista Boris Ieltsin), surge a Rússia, que teve reduzido seu poderio econômico, através do encolhimento de seu PIB em mais de 50%. Perdeu poder militar também, com a desintegração de seu exército vermelho, antes mais poderoso. O Japão e a Alemanha, que nos últimos 30 anos emergiram como potências econômicas, seguem sendo como se fossem uma espécie de satélites dos Estados Unidos ou protetorados (além do que estariam com suas economias estagnadas há um certo tempo). A União Européia, que avança na sua unificação, expande-se para o leste, amplia o número de países que a integram, em função de muitas divergências internas, nacionalismos, impede que ela se transforme mesmo em uma grande potência ou, ao que se espera, isso ainda durará muito tempo. Por fim, temos a China, que cresce economicamente a quase 9% ao ano, ainda prefere uma atitude de cautela, pois seu projeto estratégico é de longo prazo e não dá nenhum sinal de que fará qualquer enfrentamento ao poderio americano. Nesse cenário, as dificuldades para o mundo são imensas, pois não há país, povo, governo ou nação, na terra, capaz e disposto a enfrentar o poderio americano (ainda que setores ditos esquerdistas no nosso país, cobrem de nosso presidente uma atitude “mais radical” e de enfrentamento dos americanos).

Cresce e se fortalece no mundo a visão neoliberal e de que só devem ser fortalecidas as chamadas “democracias de mercado” (conforme o disse o ex-presidente americano Bill Clinton em discurso na ONU em setembro de 1993). A política americana, desde o final da guerra do Golfo de 1991, quando Bush pai era o presidente, é a de conter qualquer potência regional em qualquer continente que possa vir a fazer qualquer tipo de ameaça, que possa oferecer qualquer sombra ao poderio militar americano.

Equivocam-se os que dizem que existe muita diferença entre a política externa americana sob governos democratas e republicanos. Nos oito anos que Clinton esteve à frente do governo dos Estados Unidos, esse país se envolveu em exatos 48 conflitos militares, um número muito maior do que em toda a guerra fria (de 1945 a 1991). A partir do final dessa primeira guerra no Golfo, cresceu a posição na elite americana de que os EUA deveriam interceder de forma explícita e em qualquer parte do mundo, de forma unilateral e sem qualquer autorização do sistema das Nações Unidas, como vem fazendo. Como afirma Chalmers Johnson (citando por Fiori), quando identifica dois grandes grupos dentro da política externa americana “aqueles que advogam a dominação americana irrestrita e unilateral do mundo e aqueles que defendem um imperialismo com objetivos “humanitário”.

As perspectivas do mundo árabe

O que chamamos hoje de mundo árabe, engloba 22 países e uma população em torno de 350 milhões de pessoas. Considera-se árabe todos os moradores da região do Oriente Médio, na península arábica, entre o Golfo de Áden, no Iêmen até o Golfo Arábico (que a imprensa chama de Pérsico), bem como todo o norte da África, conhecido como Magreb. Os povos árabes são descendentes dos povos semitas que habitam a região há pelo menos quatro mil anos. Não devemos confundir os árabes com os persas (povo que habita o Irã) e os turcos.

A consolidação desse mundo chamado de “árabe”, vem especialmente desde a consolidação da religião islâmica, cujo líder foi, no século VII da era cristã, Mohamad, cuja ocidentalização de seu nome deu origem a Maomé. A partir da construção do império islâmico em 620 e mesmo com a morte do profeta os Islã dez anos depois em 630, os árabes se expandem, com a força de sua religião. Os quatro Califas que sucederam o profeta, até por volta de 670, conquistaram todo o Oriente Médio, incluído Jerusalém, em mãos dos cristãos, parte da Europa (Espanha, Portugal, sul da Itália e parte da França), norte da Índia, quase dois terços da África. Muitos historiadores chamam esse processo de arabização de uma parte do mundo.

Tal império, considerado por muitos historiadores como dos maiores que a humanidade conheceu, cresce sucessivamente e mesmo depois que os turcos assumem o seu comando, mantendo ainda a sua feição islâmica, a expansão continua, ainda que o seu apogeu tenha ocorrido em mãos árabes. Não é nosso objetivo aqui discorrer sobre a importância cultural desse período histórico, mas apenas tratar das perspectivas históricas e políticas desse povo, especialmente nos dias atuais.

Não há como falar em mundo árabe, sem falar também no Islã, cuja religião é ao mesmo tempo normas e preceitos de vida, de administração pública, de convivência social e até mesmo regras e normas de alimentação, de ética, de vida pública. O Islã considera-se como a religião sucessora do judaísmo e do cristianismo. É considerada a última religião revelada por Deus aos humanos, suas criaturas e Maomé é seu último profeta. Se a religião cristã e católica se consolida com o imperador Constantino, no século IV e passa a ser a religião do império romano, a do Islã tem em Maomé o seu próprio imperador, que a transforma não só na maior religião da época, como no maior império já visto no Oriente Médio, superando o dos Persas, o Macedônio e outros. A força da religião é a maior força, se comparada com outras religiões. O papel das Mesquitas não tem comparação com o papel das Igrejas cristãs e as Sinagogas judaicas. É um centro irradiador de cultura, de educação, de moral, de política e mesmo um centro militar, para a expansão do império.

Nesse sentido, não há como se falar em separação de Estado e religião, nos moldes do que conhecemos no ocidente, especialmente depois das revoluções burguesas nos séculos XVII e XVIII. Não há separação entre atividade religiosa e a atividade secular. Ambas estão interligadas. A religião é parte da vida e do cotidiano dos muçulmanos^[7]. Como diz o professor Lewis, “o Islã é não apenas uma questão de fé e prática é também uma identidade e uma lealdade que, para muitos, transcendem todas as demais”^[8]. Também é da natureza do Islã a relação direta não só com as questões administrativas e de estado, mas também militares, pois acaba sendo dever de todos os fieis a luta pela expansão de sua religião.

Desde o final da chamada guerra fria, com o fim do bloco socialista e dos países ditos “comunistas”, o imperialismo americano perdeu de certa forma um inimigo mais visível do sistema capitalista. Assim, seria preciso criar um novo “inimigo” para continuar justificando não só os gastos militares astronômicos (diga-se de passagem, o orçamento militar americano de 400 bilhões de dólares e metade do que todo o planeta gasta em armamentos e forças armadas). Ao que tudo indica, a campanha contra o “terrorismo” se insere nesse contexto e os muçulmanos, que se encontram hoje na linha de frente de resistência ao projeto hegemônico de dominação do mundo pelos Estados Unidos, acabaram sendo enfrentados e perseguidos nesse sentido.

Os muçulmanos sentem que possuem uma missão histórica, de certa forma divina, de expandir sua religião, de “iluminar” o mundo com as suas pregações. Nesse sentido, os americanos são vistos não só como imperialistas, mas como o “grande satã”, como o aiatolá Khomeini os chamava desde a revolução iraniana de 1979. Mas, é preciso que se diga, para ser fiel ao fato histórico, as ações que os lutadores e guerrilheiros árabes praticam nada tem a ver com as determinações do Corão, seu livro sagrado. Não se encontra em nenhuma das suratas do livro sagrado para os muçulmanos, a determinação de que devem dar suas vidas, na forma de suicídios, para atacar seus inimigos. Por isso, quando um árabe, muçulmano ou não, põe fim à sua vida em alguma operação de guerrilha, em algum atentado contra alvos inimigos, como ocorrem fartamente hoje no Iraque, esta ação nada tem a ver com o Islã, como insiste em afirmar a mídia e certos analistas políticos internacionais.

Nesse contexto, é mais do que óbvio que quando Bush ataca um país árabe, quando estaciona suas tropas na Arábia Saudita, terra sagrada para os muçulmanos, quando suas tropas atacam cidades e aldeias árabes matando civis inocentes com armamentos americanos, este passa a ser visto como inimigo dos povos árabes e dos muçulmanos em geral. E passa-se a impressão de que uma nova cruzada cristã esta em curso contra os povos árabes.

Há também na grande mídia um forte preconceito contra os muçulmanos. Quando na década de 1970 e 1980, os irlandeses cristãos ligados ao IRA, Exército Republicano Irlandês fazia suas operações de guerrilha, a mídia não os chamava de terroristas “cristãos”. A mesma coisa com os bascos na sua luta na Espanha, também eles cristãos. Quando o americano Timothy MacVeight explodiu o prédio do FBI em Oklahoma, matando quase 200 pessoas, ninguém da mídia disse que era um cristão fundamentalista. Ou seja, os árabes e muçulmanos percebem de forma clara que existem duas políticas, dois pesos e

duas medidas, na forma do Ocidente tratar com os povos do Oriente, especialmente os que professam a fé islâmica.

O termo fundamentalista não tem uma definição única e de consenso entre estudiosos. Alguns se dizem dessa forma como defensores dos "fundamentos" originários de sua religião. Tarik Ali, renomado escritor paquistanês tratou disso em sua vigorosa obra *Confrontos de fundamentalismo* e a ex-freira Karen Armstrong, em seu livro *Em nome de Deus*, trataram desse assunto em profundidade. Defender os princípios e os fundamentos de sua religião não é privativo dos muçulmanos, mas também existem correntes cristãs e judaicas que o fazem. Para o professor Lewis, fundamentalistas muçulmanos são "aqueles que sentem que os atuais problemas do mundo muçulmano resultam não de modernização insuficiente, mas de excessiva modernização, que vêem como uma traição aos autênticos valores islâmicos"^[9].

Há um forte sentimento entre os muçulmanos, especialmente os árabes (ao todo, a Organização da Conferência Islâmica reúne 47 países, com uma população de 1,3 bilhões de pessoas, mas apenas 22 são árabes com 350 milhões de habitantes), de saudosismo ao antigo Império Árabe, do período de sua glória, de suas conquistas, das ciências e da cultura que ele irradiava para o restante do mundo. Assim, qualquer ataque americano ou de qualquer outra nação contra qualquer povo árabe, contra qualquer nação árabe, é encarado como uma agressão generalizada.

Circulou pela Internet de forma ampla um documento, cuja confirmação de autoria de Bin Laden sobre o mesmo nunca foi devidamente autenticada, que trata de reivindicações que os muçulmanos tem para com os EUA, uma espécie de Carta à América. De forma resumida, os seus pontos são: 1. Aceitar o Islã; 2. Parar com as agressões, mentiras, imoralidades e orgias; 3. Admitir que a América é uma nação sem princípios e costumes; 4. Deixar de apoiar Israel na Palestina e os indianos na Caxemira, bem como os russos na Tchetchênia e o governo de Manila contra os muçulmanos nas Filipinas; 5. Desocupar as terras árabes; 6. Deixar de apoiar os líderes corruptos dos países árabes e 7. Lidar com os muçulmanos com base em interesses e benefícios mútuos, em vez de políticas de subjugação, roubo e ocupação (Lewis). Há muita lógica e coerência nestes pontos.

Volta a crescer em todo o mundo árabe, o sentimento nacionalista, que já foi muito forte nas décadas de 1960 e 1970, especialmente com Gamal Abdel Nasser (que governou o Egito entre 1952 e 1970). Não é nosso objetivo tratar de conceitos e definições de nacionalismos, como bem o fez o professor Eugênio Chahúan, da Universidade do Chile em recente Seminário "Diálogo Brasil-Países Árabes", realizado em São Paulo entre os dias 14 e 15 de setembro e organizado pelo ministério das Relações Exteriores, como etapa preparatória da Cúpula dos países Árabes que, pela primeira vez na história, será realizada na América do Sul, Brasil, em abril de 2005, a convite do presidente Lula.

De forma resumida, o conceito de nação envolve um povo, um território, uma origem comum, uma língua comum, tradições e costumes, organizado dentro de um estado político. Alguns autores incluem o componente religioso como um fator religioso com importante. Alguns ainda a relacionam com um conceito mais espiritual do que material, um sentimento. Para certas correntes do judaísmo, a terra de Israel que a bíblia menciona não deve ser construído na terra, mas é algo para depois desta vida e portanto, tais grupos discordam da existência de Israel e apóiam inclusive a luta dos palestinos. Marx trata também do tema, abordando o tema com as características de idioma comum, território, vida econômica e uma configuração intelectual comum^[10].

Hoje o sentimento entre a nação e os povos árabes é de um forte antiamericanismo. Não é para menos, pois os EUA hoje ameaçam a Síria, ocupam o Kuwait e a Arábia Saudita (com o consentimento da família real), ocupam o Iraque e mantém forte influência entre a maioria dos governantes árabes, corrompidos e reacionários em sua grande maioria. Também se vê de forma clara o apoio unilateral que os americanos dão ao governo fascista de Israel, que persegue os palestinos, que os ataca, que mantém centenas de colônias nas terras palestinas ocupadas desde 1948 e 1967. Os aviões com que Israel bombardeia as aldeias e casas dos palestinos, os tratores, chamados de Bulldozers, que demolem as casas dos lutadores palestinos, deixando ao relento milhares de famílias palestinas, são todos construídos, fabricados e mesmo doados pelos EUA à Israel. Dessa forma, é até compreensível a revolta e a raiva que os árabes mantêm dos americanos.

A correlação de forças no mundo segue profundamente desigual, com a absoluta hegemonia americana. Temos visto, observado, dezenas de vitórias de governos progressistas, populares em vários países. No entanto, ainda não houve uma virada na correlação de forças. Não vivemos no momento um novo 1945,

quando as forças de esquerda e os democratas, derrotaram o nazismo e o fascismo, e quatro anos depois a China estabelece o seu governo Popular e Socialista. Ao contrário. Vivemos um período de resistência. Isso se reflete na situação específica do Oriente Médio. Quais governos mesmo apoiariam a luta do povo iraquiano contra os Estados Unidos? Mesmo fora do Oriente Médio, a própria França, Alemanha, China e Rússia, que se opuseram à invasão do Iraque, acabaram por legitimar a ocupação americana junto às Nações Unidas.

Breves conclusões

Apesar disso, seguimos confiantes. A luta dos povos árabes, dos palestinos, mais dia menos dia seguirá vitoriosa. Devemos continuar manifestando a nossa integral solidariedade a esses povos, pois a sua vitória, será também a vitória de todos os povos que lutam por justiça, liberdade e igualdade em todo o mundo.

Não tenho saudade do mundo bipolar. No entanto, como cidadão defendo que os povos tenham o direito a sua soberania nacional e que suas decisões sejam respeitadas. A melhor proposta hoje é que o mundo seja multipolar, sem que tenhamos uma nação que mande nas outras e que predomine, mas que todos se respeitem em relações internacionais baseadas no princípio da democracia e respeito pela diversidade de todas as culturas existentes na terra. Temos a certeza e a convicção de que mais dia menos dia, vencerão os povos que lutam pela sua autonomia, por justiça e por igualdade. Não acho que seja simples o antigo império árabe, com suas luzes, com seu avanço cultural, com sua tolerância, retornar. Mas espero que os países e os povos árabes sejam devidamente respeitados não só pelo seu passado e suas inestimáveis contribuições, mas pelo seu presente e pelo futuro que se apresenta.

[1] Maiores detalhes dessa política podem ser encontrados em CHOSSUDOVSKY, Michel, *Implicações do discurso de Bush em 7 de outubro. A aventura militar de Bush ameaça o futuro da humanidade*, in <http://globalresearch.ca/articles/CHO210A.html>

[2] CHOMSKY, Noam. *A doutrina Bush e suas conseqüências*, publicado no jornal *A Tarde*, de Salvador, dia 24 de outubro de 2004, página 25, originalmente tendo sido publicado em *The New York Times* e traduzido por Patrick Brock.

[3] Comentários de Caio Blinder no artigo "É o velho tio Sam", in *Primeira Leitura*, edição 28 de junho de 2004, páginas 90-91 comentando o livro, inédito ainda no Brasil intitulado *Surprise, security and the american experience*, de John Lewis Gaddis, Ed. Hup, EUA.

[4] Chomsky, *op. cit.*

[5] Em *Terrorism: A century of US military Interventions*, in www.blythe.org

[6] *As eleições nos EUA*, de 9 de setembro de 2004, sem local de publicação.

[7] Este capítulo do presente trabalho, é baseado no excelente livro de Bernard Lewis, *A crise do islã*, editado pela Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004. Temos divergências com o professor Lewis, ainda que o respeitemos como estudioso do mundo árabe.

[8] *Op. cit.* Página 35.

[9] *Op. cit.* Página 126.

[10] CHAHÚAN, Eugênio Espir, bibliografia citada, página 1.

Por LEJEUNE MATO GROSSO XAVIER DE CARVALHO

Sociólogo, professor de Sociologia e de Ciência Política da Faculdade de Direito da Universidade metodista de Piracicaba. Pós-graduado (mestrado) em Filosofia pela PUC de Campinas (1984) e em Política Internacional pela Escola de Sociologia e Política de SP (1995). Membro da Academia de Altos Estudos Árabe de Lisboa. Co-autor dos livros *Conflitos Internacionais num Mundo Globalizado* (Alfa Ômega, 2ª edição, 2003) e *Luta Antiimperialista e a Hegemonia Americana* (Alfa Ômega, 2004) e organizador do livro *Sociologia e Ensino em Debate* (Unijuí, 2004). É vice-presidente de Relações Internacionais da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL e 1º Secretário da Federação Nacional dos Sociólogos – Brasil – FNSB

